

PATRIMÔNIO HISTÓRICO: A PRODUÇÃO DO HABITUS NA UTILIZAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS NA CULTURA DOS REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE MINAÇU-GO

HISTORICAL HERITAGE: THE PRODUCTION OF HABITUS IN THE USE OF MEDICINAL PLANTS IN THE CULTURE OF THE QUILOMBOLA REMNANTS OF MINAÇU-GO

Maria Edimaci Teixeira Barbosa LEITE

<edmacibarbosa@hotmail.com>

Doutoranda em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Goiânia, Goiás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/4599417245230548>

<https://orcid.org/0000-0002-1833-0142>

Elzilene Maria Lopes de SOUZA

<elzilene.l.m@hotmail.com>

Mestre em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Goiânia, Goiás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/4612469032098596>

<https://orcid.org/0000-0003-0011-9477>

RESUMO

O presente artigo trata da utilização de plantas medicinais pelas comunidades remanescentes de Quilombo, uma formulação guiada pelos conceitos de patrimônios materiais e imateriais, sendo definido e reconhecido com base na cultura quilombola. Sob o título de "Patrimônio histórico: a produção do *habitus* na utilização da cultura de Plantas Medicinais dos remanescentes Quilombolas de Minaçu-Go", aborda aspectos históricos e socioculturais desse grupo, sob a ótica do mito e do *habitus*, caracterizando a compreensão de seu ritual e a importância como fins medicinais. Pretende-se, portanto, a referida pesquisa caracterizar os principais comportamentos e práticas do grupo que utilizam plantas típicas da região para cuidados com a saúde, plantas essas que se classificam como *habitus*, a partir da compreensão e definição de Pierre Bourdieu. Comportamentos que se fundamentam nos mitos que sustentam e protegem a comunidade, formadores e conservadores de *habitus* e identidades. Metodologicamente vale-se da referência de teóricos pesquisadores do assunto e coleta de relatos. Desse modo fundamenta-se em autores como: ALBERTI (2004); BONNEWITZ (2003); (BRASIL, 2015); pesquisadores como DEVIENNE et al (2004); (SOUZA-MOREIRA et al, 2010) entre outros. Conclui-se que o *habitus* se apresenta, de forma resumida, como "um sistema de disposições duradouras adquiridas pelo homem durante o processo de socialização". E percebe-se que as práticas expressadas na utilização das plantas medicinais, bem como sua utilização pela comunidade remanescentes Quilombola, demonstram a riqueza culturalmente construída dentro do campo social.

PALAVRAS-CHAVE: plantas medicinais; mito; *habitus*.

ABSTRACT

This paper deals with medicinal plants use by the remaining communities of Quilombo, a formulation guided by concepts of material and intangible heritage, defined and recognized based on quilombola culture. Under the title "Historical Heritage: the production of habitus in the use of the medicinal plant culture of the remaining Quilombolas of Minaçu-Go", it addresses historical and sociocultural aspects of this group, from the myth and habitus, characterizing the understanding of its rituals and its importance as medicinal purposes. Therefore, it is intended of this research to characterize the main behaviors and practices of the group that use typical plants of the region for health care, which are classified as habitus, based on the understanding and definition of Pierre Bourdieu. Behaviors that are based on the myths that sustain and

protect the community, shapers and preservers of habitus and identities. Methodologically, it draws on the reference of theoretical researchers on this subject and collection of reports. Thus, it is based on authors such as: ALBERTI (2004); BONNEWITZ (2003); (BRAZIL, 2015); researchers such as DEVIENNE et al (2004); (SOUZA-MOREIRA et al, 2010) among others. It is concluded that the habitus is presented, in a nutshell, as “a system of lasting dispositions acquired by man during the socialization process”. And it is clear that the practices expressed in the use of medicinal plants, as well as their use by the remaining Quilombola community, demonstrate the culturally built richness within the social field.

KEYWORDS: medicinal plants; myth; habitus.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa anseia fornecer a reflexão para a ampliação dos estudos com base na relação do patrimônio histórico e a produção do *habitus* na utilização de plantas medicinais na cultura dos Remanescentes Quilombolas. A abordagem se dá no desígnio de (re) estabelecer uma vigorosa corrente entre seus modos de vida e pensamento dessa comunidade quilombola.

Nesse viés, buscamos refletir como o lugar ocupado na utilização das plantas medicinais na cultura dos remanescentes quilombolas de Minaçu, Goiás, na perspectiva do patrimônio histórico material e imaterial, como espaço de pertença e que privilegia o cotidiano desses sujeitos, em sua maneira de compartilhar experiências vividas, memórias e histórias, que são entrelaçadas e narradas. Neste sentido, o infere-se que o entendimento de que o uso das plantas medicinais pela comunidade quilombola, se constitui como espaço privilegiado, e também constituidor da promoção do bem-estar social e a cidadania desse povo.

O uso das plantas medicinais na comunidade se faz presente também em suas tradições marcadas por experiências vividas, e vivenciadas nos diferentes contextos oralizados, ao vivenciar seu dia a dia, mediado pela troca de experiências, essas constituem-se como marcas, que se entrelaçam por uma teia de fios unidos pelo modo de experienciar suas práticas.

Em seu vasto sentido, patrimônio pode ser compreendido como bens produzidos pelos mais velhos, modos de vida e de pensamento resultante de experiências significativas. Esse entendimento pode ser também mencionado aos grandes monumentos artísticos do passado, explicados como fatos destacados de uma civilização, progredindo para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, alusivo às identidades coletivas.

A identidade coletiva vai se constituindo em suas relações sociais na medida em que aceitam normas, valores o que se reafirma na maneira de lembrar e experienciar suas ações quando evocam a memória de seus antepassados em suas práticas sociais. Afirmam Pollak (1992) que a memória constitui também o modo de viver identitário do grupo, o que dá sentimento de pertença e de continuação aos sujeitos de um grupo o sentimento de unicidade.

Diante deste a identidade desse povo, encontra-se vinculada às práticas sociais difundidas nas formas de difusão da produção do *habitus* na utilização da cultura de Plantas Medicinais. Como afirmam Souza e Carrieri (2012), é impossível refletir em identidade sem levar em consideração as práticas cotidianas que a constituem essa comunidade. Isto, porque esses povos, imersos em seus cotidianos, reportam aos aprendizados sociais antecipadamente organizados.

Conforme a Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1972), são conceituados por patrimônio cultural os símbolos, obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas grandiosas, artifícios ou arcabouços arqueológicos, ou conjuntos de valor universal excêntrico do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

Nesse sentido a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990) destaca em seu art. 216 que:

[...] constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1990).

Dessa maneira, diversos modos de fazer e viver, tradições, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pela sociedade e organismos governamentais em todas as esferas. E nesse caso, as comunidades quilombolas ganham estatuto de patrimônio histórico e cultural ligado à produção da identidade e da territorialidade.

Assim, o conceito de patrimônio só existe em relação a alguma coisa, ele não é independente nesse caso, conecta-se e revive o passado de uma comunidade, o que contribui para a constituição de suas raízes, uma vez que reflete em sua formação sociocultural. Preservar suas raízes é uma medida de garantir sua história, e isso pode se dar por meio do patrimônio material e imaterial, que reconstróem o passado histórico apelando à memória, revisitando e atualizando seus *habitus*. O *habitus*, por sua vez, aperfeiçoa as informações passadas no intuito de que se perpetuem estoicamente na produção e geração de sentido.

Segundo Alberti (2004), o passado só continua enraizado transversalmente de afazeres relacionados à memória, que possibilita revivê-lo a partir do momento em que o indivíduo passa a dividir suas experiências, convertendo-as em memória viva.

É importante mencionar o conceito de memória conforme Halbwachs (2006) processo de recordar fatos do passado mesclados com acontecimentos do presente na medida em que se conserva pela experiência vivenciada de modo favorável ao grupo, no sentido de trazer a memória dos antepassados à prática geradora de conhecimento. A partir dos usos das plantas medicinais pela comunidade quilombola, se constitui o conhecimento adquirido.

Movidos por essa reflexão de mudança de modelo conceitual é que houve uma valorização atual das práticas populares que utilizam o meio ambiente e a biodiversidade como fator gerador de conhecimentos culturalmente produzidos, como é o caso das plantas medicinais usadas pelas comunidades quilombolas e suas benzedeadas.

A partir dessa concepção, este artigo se propõe a analisar os comportamentos socializados, internalizados e reproduzidos à produção do *habitus* na utilização de plantas medicinais dos remanescentes quilombolas de Minaçu Goiás, ações estas praticadas por esse grupo social, que se tornam práticas geradoras de sentidos, valores religiosos, mitos, princípios norteadores na vida dessa comunidade.

A metodologia utilizada, para construção da pesquisa, fundamentou-se na pesquisa bibliográfica de forma qualitativa nos respaldando nas leituras sistemáticas e realizando uma densa

revisão da literatura, no objetivo de refletir a produção do *habitus* no uso das plantas medicinais na comunidade quilombola.

Gatti e André (2010), destacam que esse tipo de pesquisa contestar de modo exclusivo ao quantitativo, uma vez que que desmembra o fato, enquanto a pesquisa quantitativa não revela e nem considera todos os elementos de uma conjuntura em suas convivências, impossibilitando compreender e interpretar a realidade.

Nesse aspecto discorrem que:

[...] as pesquisas qualitativas vieram a se constituir uma modalidade investigativa que se consolidou para responder ao desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitários ou pessoais. (GATTI; ANDRÉ, 2010, p. 1).

Nesta perspectiva essa modalidade investigativa observa os aspectos qualitativos dos acontecimentos, pois o conhecimento é fundamentado na relação pesquisador-objeto pesquisado. O levantamento bibliográfico que se desenvolverá inicialmente no alcance em que autoriza promover o diálogo entre o uso das plantas medicinais e as ações incorporadas dos envolvidos.

Considera-se importante o registro dessa experiência desenvolvida no espaço da comunidade quilombola, tendo em vista a amplitude dessa temática, assim como a necessidade de avançar em estudos dessa área o que provoca reivindicação de uma ação concreta de reconhecimento do uso das plantas medicinais em outros contextos fora do espaço quilombola.

Justifica-se, pois, o valor dessa pesquisa pela representatividade dos grupos que lutaram pelo reconhecimento dos territórios que ocupam que se expressa como movimento político organizado em busca de garantir seus direitos ancestrais, os quais produzem sua identidade.

1 ASPECTO HISTÓRICO E SOCIOCULTURAL DA UTILIZAÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS

Segundo a definição do Ministério da Saúde, planta medicinal é uma espécie vegetal, plantada ou não, usada para fins terapêuticos. “Chama-se planta fresca aquela colhida no momento de uso e planta seca a que passou pelo processo de secagem, equivalente a droga vegetal” (BRASIL, 2006).

A Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (BRASIL, 2006) traz também o conceito de medicina popular, o qual aponta que a prática de cura apresenta respostas concretas em relação aos problemas de doenças do cotidiano. Ressalta que é praticada em diferentes momentos e espaços (em casa, em agências religiosas de cura) e por vários indivíduos (pais, tias, avós) ou até por populares que são considerados pela comunidade como profissionais da cura (benzedoiras, médiuns, raizeiros, ervateiros, parteiras) (OLIVEIRA, 1985). Assim, o sentido de ser algo transmitido de geração a geração, coletivo, vincula-se ao conjunto de bens que passamos às gerações mais novas, o que acaba se determinando como patrimônio material e imaterial.

A Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015, em seu inciso quarto, artigo 2º, dispõe sobre a comunidade tradicional como “grupo culturalmente diferenciado com identidade própria, se organiza socialmente, ocupa e usa territórios e recursos naturais como meio para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, empregando conhecimentos, inovações e práticas geradas e passadas pela tradição” (BRASIL, 2015).

Desde os tempos mais remotos a história indica que as plantas medicinais fazem parte do desenvolvimento humano e foram as primeiras soluções terapêuticas utilizadas pelos povos da antiguidade. O hábito de buscar na natureza uma alternativa de cura extraída de certos vegetais se apresenta como uma das primeiras manifestações do esforço do homem para entender e usufruir dos recursos do meio ambiente como solução para auxiliar e diminuir o sofrimento provocado pelas doenças, adversidades pelas quais passavam e condições em que viviam.

Estas comunidades encontraram nas plantas medicinais benefícios que foram repassados entre as gerações (OLIVEIRA *et al*, 2007). É muito comum na cultura popular, o uso das plantas com valores medicinais conectadas às práticas mágicas, místicas e ritualísticas, acompanhando o processo de formação da cultura humana que, anteriormente, era nômade e, posteriormente, passa a ter habitações enraizadas (SANTOS *et al*, 2010).

A utilização de plantas medicinais por populações locais, segundo Castellucci *et al* (2000), é o “resultado de uma contínua troca de conhecimentos acumulados, resultante do contato direto entre o homem e o meio ambiente”. A maneira como vivem, dependem da natureza, e isso acontece por meio de observações dos ciclos naturais, das trocas de conhecimentos entre os

indivíduos e da diversidade cultural, fatores que colaboram com a construção de uma identidade própria, acentuada pela peculiar maneira de lidar com o meio ambiente.

Pesquisadores como Devienne *et al* (2004) apontam que as evidências da utilização de espécies vegetais para curar doenças tem aproximadamente cerca de 50.000 anos, quando o homem primitivo tinha a precisão de desvendar soluções para os processos de nutrição, proteção e reprodução. Com as suas experiências e observações, passou a compreender que as plantas apresentam agentes benéficos que poderiam acender estados alucinatórios e matar. Também os poderes milagrosos foram atribuídos aos primitivos que possuíam o conhecimento sobre sua utilização.

Em todos os biomas brasileiros, especialmente na comunidade dos remanescentes Quilombolas, podemos encontrar espécies com propriedades medicinais exploradas pelas comunidades locais, que as utilizam de acordo com suas particularidades, observando aspectos como: raiz, casca, folhas, flores, frutas e sementes - que são extraídas de gramíneas, ervas, arbustos, cipós e árvores.

Nesse sentido, é sabido que na história, as plantas não foram utilizadas unicamente em função dos seus valores alimentares, mas igualmente valorizadas em suas propriedades de cura (SOUZA-MOREIRA *et al*, 2010).

O saber envolvendo o uso de plantas medicinais, atualmente, permanece em nossa sociedade baseado na medicina tradicional e difundida à transmissão da crença popular. O conhecimento tradicional é entendido como parte da cultura de vários povos, considerado como marcas de expressões culturais da cultura local, devendo ser respeitado, protegido e valorizado em sua essência (CARDOSO, 2011).

Na visão de Monteles *et al* (2007), é na natureza que se encontra a maior influência na expressão concreta da maneira de vida específica das comunidades, pois seus hábitos estão inter-relacionados aos ciclos da natureza. Essa visão se solidifica no modo em que adquirem o saber não está baseada apenas na experiência cotidiana e/o na racionalidade, mas também nos valores, crenças e mitos que transformam o comportamento de seus integrantes.

Quando pensamos na manutenção da cultura local da comunidade remanescente Quilombolas, refletimos sobre a importância das plantas medicinais como instrumento para a saúde e como fonte alimentícia para os moradores e, à vista disso, a relação dos serviços biológicos com os socioculturais é indissociável. Nesse sentido, a manutenção da biodiversidade adicionada à identidade cultural da comunidade local permitirá a ascensão do processo valorativo como justificativa na conservação do saber culturalmente transmitido entre as gerações (CAVALCANTI, 2005).

O conhecimento dos moradores das comunidades Quilombolas é um dos fatores que justificam a interação da comunidade na conservação e transmissão cultural. O envolvimento desses povos deve ser realizado de forma ativa, permitindo que a população adquira capacitação identitária necessária que possibilite a intervenção direta em sua realidade. Também, que suas características sejam valorizadas para que possam disseminar os seus conhecimentos adquiridos através das gerações anteriores.

Dessa maneira, pensar em políticas públicas com enfoque na valorização do conhecimento da comunidade e resolução de problemas enfrentados por eles deve ser o ponto de partida para acompanhamentos e orientações que venham possibilitar a construção participativa de uma ponte que envolva tanto as pessoas como os recursos naturais.

Contudo, os métodos participativos devem agregar instrumentos e técnicas que ampliem não só o conhecimento por parte da comunidade Quilombola, mas o caminho do pensamento crítico com perspectivas de mudanças necessárias, com visão interdisciplinar e sistêmica, pensando no futuro das pessoas. A possibilidade da construção do diálogo dos saberes se faz através da troca sociocultural e interdisciplinar do conhecimento. Assim, é possível refletir a cerca de escolhas construtivas que oportunizem o trajeto entre a comunidade e a natureza no sentido de caminhar em uma nova direção (SOLIS, 2002).

2 CONCEITO DE HABITUS

Bourdieu não teve a criação exclusiva sobre o conceito de *habitus*. Ao longo da história, o tema foi difundido e pensado nas ciências humanas e na sociologia. De origem grega, a palavra *hexis*, foi utilizada por Aristóteles para indicar a característica do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem. Entendimento este que foi traduzido e entendido também pelos escolásticos.

Posteriormente, segundo Setton (2002, p. 61), foi utilizado por Durkheim (1995) no livro “A evolução pedagógica”, adquirindo sentido parecido, com teor mais explícito. O autor utiliza o conceito para designar um estado geral dos indivíduos, estado interior e profundo, que orienta suas ações de forma durável.

Nesse contexto, a educação estaria organizada de maneira que produzisse um efeito profundo e durável. O *habitus* obedeceria perfeitamente à situação de internato, instituição social total, uma forma de educação que englobaria a criança integralmente como influência única e constante.

O conceito de *habitus* é o ponto central para a compreensão do pensamento de Bourdieu, pois é o responsável pela mediação entre o individual e o coletivo, realizando a socialização e a incorporação de classes, a produção da filiação de classe dos indivíduos, reprodução, ao mesmo tempo, da classe enquanto grupo que compartilha o mesmo *habitus*. Conceito que está na base da reprodução da ordem social, é uma subjetividade socializada (BOURDIEU, 1999 apud SETTON, 2002, p. 101).

Bonnewitz (2003) pesquisa as teorias de Bourdieu, e destaca em sua obra “Primeira lições sobre Sociologia de P. Bourdieu,” aspectos para o entendimento do conceito de *habitus*:

2.1 A FORMAÇÃO DO *HABITUS*: UM SER SOCIALIZADO

Apresenta o conceito de *habitus* que permite compreender a maneira como o homem se torna um ser social, entende que a vida em sociedade pressupõe que o indivíduo seja socializado. E para Bourdieu, a socialização é definida pela formação do *habitus*.

Para Bonnewitz (2003), o conceito está ligado aos comportamentos de uma classe particular de condições de existência que produzem *habitus*, e os vê como sistemas de alinhamentos duradouros e transponíveis, estruturas estruturadas organizadas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações.

Disposições são as atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer e pensar, interiorizadas pelos indivíduos em função das suas condições objetivas de existência. Funcionam como inícios inconscientes de ação, percepção e reflexão. Já a interiorização forma um mecanismo essencial da socialização, conforme os comportamentos e valores aprendidos que são considerados como óbvios, como naturais, aproximadamente instintivos; essa interiorização permite ação sem obrigação de lembrar-se claramente das regras que se é preciso observar para agir.

Entende-se que o *habitus* está na base daquilo que define a personalidade de um indivíduo. Acerca disso, Bonnewitz (2003, p. 78), pontua que temos a impressão de que já nascemos com essas disposições, sensibilidade, maneira de agir e reagir, com essas “maneiras” e com essa atitude.

O fato de gostar mais de cerveja do que de vinho, de filmes de ação do que de filmes políticos, votar na direita ou na esquerda são produtos do *habitus*.

Assim como andar com o tronco erguido ou abaixado, ser desajeitado ou facilmente aceito nas relações interpessoais é manifestação da hexis corporal. Contudo, considerar “determinado indivíduo como pequeno, mesquinho, ou, pelo contrário, generoso, brilhante, depende do *ethos*”.

2.2 *HABITUS* NA UTILIZAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE REMANESCENTES QUILOMBOLAS

Inicialmente é importante conceituar quilombo para depois trazer seus modos de viver cotidiano e seus elementos que os constituem. Com a promulgação da Carta magna de 1988 – pelos artigos 215 e 216 e do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL 1990) – o Estado brasileiro no intuito de buscar ajustar a histórica exclusão das comunidades remanescentes de quilombos.

A partir de então procurou uma forma de assentir a colaboração desse povo escravizado para a constituição como patrimônio cultural, procurou alicerces reguladores para a declaração da cidadania desse povo constitutivos da população brasileira ao possibilitar a concessão de títulos de donos legais das terras conquistadas pelos povos considerados descendentes de escravos. Nessa direção, o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL 2003), ganha destaque ao regulamentar meios de identificar, delimitar, demarcar e titular terras conquistadas pelos remanescentes de comunidades de quilombos. O Decreto n.º 4.887/2003 aponta que estas comunidades são “[...] grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003.).

Constata-se que o processo de regularização desses remanescentes dos povos escravizados, tem-se constituído em suas trajetórias de lutas relacionada aos processos de resistências em contextos de opressão vivenciados em sua territorialidade, em busca de seus direitos, preservação de sua cultura e de cidadania.

Quilombos são povos de identidades características no modo como se organizaram e se estabeleceram por meio de diversas formas de viver em terras não ocupadas e de difícil acesso, Conforme Borges e Santana (2017) esses povos expressaram experiências diárias em processos de lutas e formas de resistência na construção e reconstrução do viver peculiares e na materialização de sua territorialidade, com vivência comum e direções partilhadas através de sua competência em suas formas organizativas.

De acordo com Silveira (2012, p. 5) a territorialidade quilombola deve ser demarcado a partir da assimilação das configurações habituais de apreensão do lugar, o que recomenda as práticas que aludem aos seus antepassados, assim como os meios de suprir a necessidade do grupo. Nesta perspectiva para a autora territorialidade pode ser apreendida como um modo espacial de conduta social, relativa ao uso do lugar por uma determinada sociedade que se situa de feito histórico-social (Ibid., p. 6).

Após breve reflexão sobre aspectos históricos e conceito de *habitus*, é que se poderá, com melhor compreensão, caracterizar os *habitus* elementares que constituem a prática da utilização de plantas medicinais na comunidade remanescentes Quilombolas.

Minaçu fica aproximadamente 523 quilômetros de distância da capital goiana e nela se encontra a comunidade remanescente quilombola denominada “São Felix”, com Certificação na Palmares Fundação Cultural, portaria 08/2008, publicada no Diário Oficial da União e atualizada em 18/02/2019, formada aparentemente pelos mesmos motivos que outros quilombos na região e no Brasil.

Fazendeiros que passavam pelas terras de Goiás traziam consigo certo contingente de escravos, estes cansados das explorações e da situação subumana que eram tratados começaram a se esconder nas matas entre as serras e em locais de difícil acesso, organizando-se em quilombos.

Com o avanço da civilização, muitos deles se mudaram ou foram empurrados para outras áreas, próximos das cidades. Foi o que aconteceu na região onde Kalunga exerciam atividades agrícolas de subsistência, mantinham plantações, criação de pequenos animais e conviviam em uma comunidade que sobreviveu às pressões e lutas pela sobrevivência.

Esses grupos foram retirados do seu convívio quando houve a instalação de duas grandes Usinas Hidroelétricas de Cana Brava e Serra da Mesa. Com a criação das barragens, as áreas antes ocupadas pelos Kalunga foram inundadas pelas águas da usina hidrelétrica de Cana Brava, abrangendo as comunidades de Limoeiro e São Felix, e pela barragem de Serra da Mesa que cobria as comunidades da Mata do Café.

As famílias se viram diante de uma situação de imposição, ficaram sem lugar para morar e conseqüentemente se instalaram na cidade com a promessa de que seriam ressarcidos financeiramente, porém nem todos foram indenizados.

Atualmente a comunidade dos remanescentes Quilombolas está localizada dentro da cidade, no setor Nova Esperança, e sua localização se encontra afastada do centro da cidade, onde vivem cerca de 800 pessoas, habitando em condições fragilizadas e com o risco de ter a sua cultura dizimada.

As comunidades quilombolas urbanas se veem inseridas em meio aos problemas próprios de espaços urbanos carregados da complexidade e da heterogeneidade que permeiam a vida cidadina. A apropriação de seus territórios se vincula, geralmente, à realidade da periferia e/ou de espaços marginalizados e/ou segregados. São espaços etnicamente diferenciados por serem constituídos por grupos identitários que buscam o reconhecimento de sua identidade e a segurança jurídica de seu direito à propriedade para romper o ciclo da segregação espacial. (OLIVEIRA; D'ABADIA, 2015, p. 259).

Sabe-se que o viver cotidiano nos quilombos urbanos, é duro e difícil como o de tantos outros no Brasil, carregados da heterogeneidade a apropriação da vida moderna os quilombos urbanos procuram romper o ciclo da segregação espacial.

Contam com uma Associação de Desenvolvimento da Comunidade dos Quilombos de São Felix, e alguns membros cursam o ensino superior, o que oportuniza bagagens acerca da importância do resgate de parte dos costumes e de sua identidade cultural.

O que se pode conseguir são registros orais dos próprios remanescentes Quilombolas, pois a própria histórica não foi devidamente registrada, havendo poucos registros documentais de sua narrativa até mesmo por terem sofrido fortes influências do meio externo.

Apesar da intensa influência religiosa, os quilombolas procuraram, de uma maneira ou de outra, preservar algumas tradições africanas, em especial o misticismo, as benzas, e crendices baseadas em saberes empíricos tradicionalmente passados para seus descendentes. No entanto, através de relatos e observações feitas na comunidade, pôde-se perceber que essas práticas têm se perdido no tempo, morrido com as pessoas mais velhas da comunidade, sendo difícil encontrar uma

benzedeira por ali. Além disso, a religião católica não é mais a única, pode-se encontrar um grande número de famílias que optaram por outras religiões.

Por vezes são discriminados e, até mesmo, censurados pelo cristianismo, obrigando-os a resistir de forma sutil ao camuflar os seus deuses para preservá-los. São por esses fatores que em contexto histórico não pode ser tratado como mero folclore, mas sim como parte de uma identidade étnica que tem se perdido com o passar dos anos.

Outro aspecto de bastante relevância e que remete as tradições africanas é o cultivo de plantas medicinais e a transformação dessas em remédios como: xaropes para gripe, para fricção, dietético, para vômitos, suadores, para banhos quentes, dentre outros. De acordo com os moradores essas plantas são usadas com mais frequência pela comunidade para combater as enfermidades.

As pessoas das comunidades analisadas guardam consigo a preciosidade da crença e cultura em relação às plantas medicinais, tendo o chá como umas das formas de uso mais empregadas pelas pessoas da comunidade, que, por muitas vezes, é coletado direto em uma horta cultivada. As plantas mais utilizadas pelos entrevistados foram o capim-santo e a erva-cidreira.

A agricultura ainda é o meio de subsistência mais usado por essas pessoas e os remédios são feitos para o consumo próprio, pois afirmam acreditar mais no poder de cura das plantas do que nos medicamentos adquiridos em farmácias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre o patrimônio histórico e cultural na produção do *Habitus* através da utilização de plantas medicinais na comunidade dos remanescentes Quilombolas de Minaçu-Go permitiu observar características específicas em seus aspectos históricos e socioculturais sob a ótica do mito e do *habitus*, com destaque acerca da reflexão e compreensão da prática cultural exercida pela comunidade, de sua importância como fins medicinais e a importância de entender o uso da planta medicinal como patrimônio material e imaterial. Elementos estes considerados fundamentais no campo simbólico desse grupo sociocultural.

Para entender essa análise, foram apresentados os aspectos histórico-sociais, o conceito de *habitus* em Bourdieu e a caracterização dos principais aspectos que distinguem os principais comportamentos, práticas do grupo que utiliza plantas típicas da região para cuidados com a saúde que se classificam como *habitus*, a partir da compreensão e definição de Pierre Bourdieu. Comportamentos que se fundamentam nos mitos que sustentam e protegem a comunidade, formadores e conservadores de *habitus* e identidades.

Segundo Bourdieu, o *Habitus* se apresenta, de forma resumida, como “um sistema de disposições duradouras adquiridas pelo homem durante o processo de socialização” (Bourdieu, 1983, apud Bonnewitz, 2003, p. 77). Ou seja, viver em comunidade supõe que o indivíduo seja socializado. Dessa forma, a socialização é caracterizada pela formação do *habitus*, sendo ele o produto da descendência social. É marcado como “um potente fator de reprodução social”, tornando possível um conjunto de comportamentos e atitudes de acordo com a dependência.

O *habitus* produz uma exteriorização da interiorização, “é individual, porém, se constrói no processo de socialização” (Bourdieu, 1990 apud Bonnewitz, 2003, p. 86). Concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente formado de disposições estruturadas no social, e estruturante nas mentes, absorvendo nas e pelas experiências práticas orientadas para funções e ações do agir do cotidiano.

A partir do conceito de *habitus*, percebe-se que as práticas expressadas na utilização das plantas medicinais, bem como sua utilização pela comunidade remanescentes Quilombola, demonstram a riqueza culturalmente construída dentro do campo social. Bourdieu (1992, p. 101) apresenta o *habitus* como uma subjetividade socializada que possibilita a percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, pois as conjunturas de um campo a estimulam. Os objetos de conhecimento e de comunicação que possibilitam a conformidade, o consenso se tornam instrumento da “integração social” (Geertz, 1989, p. 93).

As práticas de cultivo e uso de plantas medicinais desenvolvidas há décadas por essa comunidade traduz o que Bourdieu se refere nesse *habitus* como “sistema de disposições duradouras adquirido pelo indivíduo durante o processo de socialização”, transmitidas de geração para geração, de pai para filhos, influenciam no comportamento do grupo social dos remanescentes

Quilombolas, sendo, assim, parte do processo de transformação social. Pessoas servindo, fazendo oferendas ou se colocando à disposição para servir.

A educação desse grupo conduz sua origem à prática de respeito, solidariedade e partilha: leva a uma inclusão solidária suspendendo as diferenças sociais e pessoais, sentem-se ativas e participantes na comunidade. Assim, pode-se afirmar valendo-se de teorias das ciências sociais, que *habitus* é um potente fator de reprodução social, em aspectos indispensáveis tais como da solidariedade, partilha, inclusão solidária, exercício do respeito, ruptura das diferenças sociais e da prática de cultivo e uso das plantas medicinais com valores e características próprias, contribuindo, assim, para a coesão e para o equilíbrio social.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Tradução: Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

BORGES, Júlio César. SANTANA, Bruno Pereira de. Quilombo urbano Jardim Cascata: direitos sociais e cidadania de uma população etnicamente diferenciada. *Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate*. V 3, N. 1, jan.-jul. 2017. Goiania- Goiás.

BOURDIEU. (1992). Pierre Bourdieu avec Löic Wacquant; réponses. Paris: Seuil.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto n. 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 jun. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto n. 13.123, de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a

repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 maio 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica. *Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

CARDOSO, Augusto. Saberes e práticas tradicionais de etnias bijagós e suas relações com a organização, a gestão e a conservação da biodiversidade de Guiné-Bissau. In: CONGRESSO AFRO LUSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 6., 2011, Salvador, BA. *Anais eletrônicos [...]*. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2011.

CASTELLUCCI, Simone; LIMA, Maria I. S.; NORDI, Nivaldo; MARQUES, José G. W. Plantas medicinais relatada pela comunidade residente na Estação Ecológica de Jataí, Município de Luís Antônio/SP: uma abordagem etnobotânica. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, Botucatu, SP, v. 3, n. 1, p. 51-60, 2000.

CAVALCANTI, R. B. Perspectivas e desafios para a conservação do Cerrado no século 21. In: SCARIOT, Aldicir; SOUSA-SILVA, José Carlos; FELFILI, Jeanine Maria (Orgs.). *Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

DEVIENCE, K. F.; RADDI, M. S. G.; POZETTI, G. L. Das plantas medicinais aos fitofármacos. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 6, n. 3, p. 11-14, 2004.

DURKHEIM, Émile. *A evolução pedagógica*. Tradução: Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GATTI, Bernardete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Orgs.). *Metodologia da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Ed Centauro, 2006.

MONTELES, Ricardo; PINHEIRO, Claudio Urbano B. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, v. 7, n. 2, p. 38-48, jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. *O que é medicina popular*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos; 31).

OLIVEIRA, Fernando Bueno; D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. *Élisée: revista de geografia da UEG, Anápolis, GO*, v. 4, n. 2, p. 257-275, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, Franciêda Q.; GOBIRA, Bárbara; GUIMARÃES, Carolina; BATISTA, Janylle; BARRETO, Mariana; SOUZA, Mônica. Espécies vegetais indicadas na odontologia. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 17, n. 3, p. 466-476, jul./set. 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SANTOS, P. O. *et al.* Investigação da atividade antimicrobiana do látex da mangaba (*Harconiaspeciosa* GOMES). *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 9, n. 2, p. 108-111, 2010.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Família escola e mídia: um campo com novas configurações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 107-116, jan./jun. 2002.

SILVEIRA, Aline da Fonseca Sá e. A identidade quilombola e o processo de reconhecimento de terras. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRARIA, 21., Uberlândia, MG. *Anais eletrônicos [...]*. Uberlândia, MG: UFU, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1020_1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

SOLIS, Eloisa Tréllez. La educación ambiental comunitaria y la retrospectiva: una alianza de futuro. *Tópicos em educación ambiental*, v. 4, n. 10, p. 7-21, 2002.

SOUZA-MOREIRA, Tatiana M; SALGADO, Hérida R. N.; PIETRO, Rosemeire C. L. R. O Brasil no contexto de controle de qualidade de plantas medicinais. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 20, n. 3, p. 435-440, 2010.

SOUZA, Mariana Mayumi Pereira de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: uma proposta teórico-metodológica. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 1, p. 40-64, 2012.

UNESCO. Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural. In: CONFERÊNCIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 17., 1972, Paris. *Documento adotado [...]*. Paris: UNESCO, 1972.





Attribution-NonCommercial-ShareAlike
4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

LEITE, M. E. T. B. SOUZA, E. M. L.

Utilização de plantas medicinais dos remanescentes de quilombolas de Minaçu (GO)
| Artigo

Submissão: 15 de junho de 2020

Avaliações concluídas: 13 de julho de 2021

Aprovação: 23 de dezembro de 2020

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

LEITE, Maria Edimaci Teixeira Barbosa; SOUZA, Elzilene Maria Lopes de. Patrimônio histórico: a produção do habitus na utilização de plantas medicinais na cultura dos remanescentes quilombolas de Minaçu (GO). *Revista Temporis [Ação]* (Conexões Multidisciplinares em Educação). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 21, n.1, p. 1-19, e-210114, jan./jun., 2021. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>. Acesso em: <insérer aqui a data em que você acessou o artigo>